



## SÚMULA DA 96ª REUNIÃO ORDINÁRIA CPP-CAU/BR

DATA	12 de maio de 2021	HORÁRIO	14h30 às 18h30
LOCAL	Videoconferência		

PARTICIPANTES	Ana Cristina Barreiros (RO)	Coordenadora
	Eduardo Fajardo Soares (MG)	Coordenador-Adjunto
	Vânia Stephan Marroni Burigo (SC)	Membro
	Gilcinéa Barbosa da Conceição (BA)	Membro
	Rogério Markiewicz (DF)	Membro
CONVIDADOS	João Carlos Casari	
	Cláudio Conz	
	Myrian Cardoso	
	Antônio Couto Nunes	
ASSESSORIA	Jorge Moura	

## ORDEM DO DIA

<b>1</b>	<b>Reunião com Representantes da Saint Gobain (Proposta de Parceria Saint Gobain e CAU/BR para Produtos de Construção)</b>
<b>Fonte</b>	CPP-CAU/BR
<b>Relator</b>	Conselheiro relator
<b>Encaminhamento</b>	<p>Foi apresentada pelo Analista o objetivo dessa aproximação dos atores da arquitetura. Explicou que a CPP procurou diversos setores e percebeu que há uma lacuna entre os produtos produzidos e os produtos especificados, e que o arquiteto é este fio conector. Em breve histórico, disse que quando a Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção foi procurada, houve uma aproximação com as lojas de materiais de construção. E que, no início do ano passado, quando o CAU Brasil iria participar da FEICOM/SP, foram surpreendidos pela pandemia. A ideia é a construção de uma parceria com a Saint Gobain por meio de um projeto que contenha as possibilidades da união das necessidades de quase 200 mil associados do CAU/BR e desta empresa de grande vulto no mercado. O Cláudio Conz, como ex-presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção, disse que o estimula essa questão das orientações técnicas dos materiais e a aproximação com CAU Brasil. Propôs uma aplicação modelo na loja de Belém de modo a beneficiar arquiteto e comércio, gerando trabalho para arquitetos e consumo o adequado. Falou também sobre a sua experiência em feiras internacionais, como a Batimat de Paris, onde o foco não é mostrar produto, mas a importância do conforto térmico e acústico. O térmico como uma necessidade de eficiência energética e o acústico como uma ampliação da qualidade dos ambientes. Ele colocou que o objetivo é trazer valor para o CAU, definindo um modelo que possa assim, gerar renda para os profissionais e como consequência um aumento do consumo de materiais. Ele disse que os produtos de especificação de conforto térmico e acústico dependem do profissional de arquitetura e urbanismo. E finalizou dizendo que possuem recursos financeiros, materiais e produtivos para criar mercado (demanda de serviços técnicos e de mão-de-obra) para geração de renda. Na sequência, João Casari, da Saint Gobain, deu andamento na explanação, destacando a importância do arquiteto para a qualificação dos espaços. Apresenta um breve histórico do grupo francês, que está em mais de 67 países, com mais de 179.000 colaboradores. Disse que todas as marcas do grupo possuem distribuição no Brasil, e que só do polo PPC, que são as marcas voltadas para construção, eles</p>



possuem: Quartzolit, Brasilit, Placo, Isover, Sonex, Ecophon e OWA. Além disso, diz que a Saint Gobain tem polos de pesquisa e desenvolvimento de novas soluções e produtos, possuindo no Brasil, relacionados ao polo PPC, um total de 29 fábricas, 20 centros de distribuição e 3 unidades de mineração. Falou sobre alguns instrumentos que podem ser importantes para esta parceria: os prêmios de arquitetura, as ações em mídias digitais (exemplo “parceiro da construção”) e uma gama de mais de 20 especificadores espalhados pelo Brasil (dedicada a levar conteúdo técnico aos profissionais). Mostrou os principais produtos deste nicho que são:

- Quartzolit – argamassas e rejuntas, desmoldantes, impermeabilizantes, produtos para fachadas;
- Brasilit – coberturas, telhas fibrotex, ondina, translúcida, ondulada, colonial, shingle, gravicolor, topconfort, maxionda, kalhetão 90, kalheta, kalheta 49 e onda 50;
- Placo – isolamento, fechamentos paredes e forros em chapas de gesso para drywall;
- Tratamento térmico e acústico realizados pela Ecophon, Isover, Placo e OWA; e
- Fachadas – placa cimentícia e tecnologia Glasroc.

Finalizou falando sobre a importância de o arquiteto perceber essa demanda para a acústica e com conhecimento, se apropriar dela, gerando mais valor para o seu trabalho.

O Claudio complementou que esse é um seguimento a ser apropriado pelos profissionais que são justamente a interface entre projeto e usuário final.

A Paula, da Saint Gobain fala sobre como a qualificação dos ambientes passou a ser mais demandada neste momento de pandemia.

A Conselheira Cristina fala sobre a trilha de conhecimento e valorização de conteúdo técnico para os especificadores. Destaca que os arquitetos que são projetistas, são especificadores. E que as premiações são ações de coroação destas aplicações profissionais.

A Conselheira Vânia fala sobre a experiência que teve na premiação da Saint Gobain e que achou muito ética a postura do júri em não considerar a quantidade de produtos usados pelo arquiteto, mas a qualidade final do projeto. E que a questão do conhecimento técnico é um caminho a se trilhar.

O arquiteto João Casari complementou dizendo que essa parte pode ser viabilizada pela empresa.

O Conselheiro Rogério fala sobre a necessidade dessa parceria e capacitação complementar.

A arquiteta Paula fala sobre a expertise internacional da empresa e sobre a possibilidade real dessa contribuição de informações com os profissionais.

Conselheira Vânia fala sobre a ATHIS e a possibilidade da construção de uma parceria ou convênio voltada para pessoas baixa renda.

O Cláudio fala sobre o déficit habitacional e do déficit qualitativo nas habitações e encerra dizendo que o mais importante é esse início e a proposição de ideias dentro do que foi apresentado.

Conselheira Cristina encerrou agradecendo a presença de todos.

Na sequência passou-se a uma breve apresentação de cada um dos presentes.

2	<b>Encaminhamentos da Reunião com o Ministério do Desenvolvimento Regional (ACT MDR, CAU/BR e CONFEA)</b>
Fonte	CPP-CAU/BR e Gabinete
Relator	Conselheira Cristina Barreiros

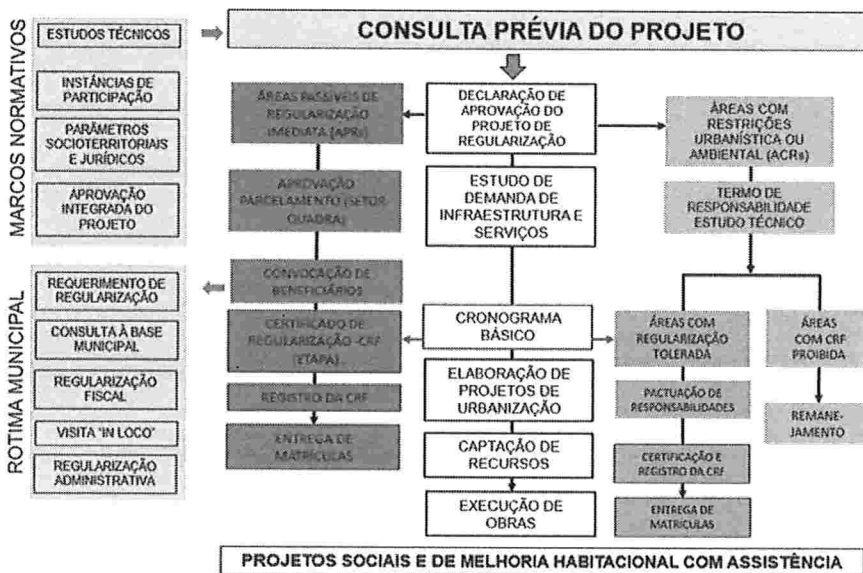




Encaminhamento

O assessor Jorge fez uma breve apresentação do tema e da Myriam Cardoso. Na sequência a mesma apresenta a sua trajetória até chegar na proposição da Rede de Assistência Técnica Interfederativa em suporte a um conjunto de 73 municípios que possibilitou articular instituições de diferentes esferas de governo para pensar o desenvolvimento municipal neste contexto. O que possibilitou o desenvolvimento desses 73 planos diretores dos respectivos municípios.

Ela conta que em uma segunda proposta, também em rede, que trabalhou em parceria com o Ministério das Cidades, em 2007, viabilizou o desenvolvimento de planos diretores de 16 municípios, também articulado com órgãos do governo. Em 2010, desta vez vinculada à Universidade, foi desenvolvido um projeto também em parceria com o Ministério, que abarcava 138 municípios da região Amazônica para promover a regularização fundiária nos municípios que tinham recebido as terras da União por intermédio do programa Terra Legal (2009-2016). Foi feito um piloto em 6 municípios e após o projeto ampliado que envolve uma metodologia de assistência técnica em rede, um método e fluxo de procedimentos de regularização para pequenos e médios municípios, um software de apoio (sistema de coleta de dados digital e automatização de peças técnicas para regularização e cadastro digital) e resultou no desenvolvimento de uma matriz de avaliação sobre o índice de conformidade socioambiental urbana, para avaliar se as ações de regularização fundiária impactam a garantia à cidade. Explica que a metodologia foi desenvolvida com a necessidade de identificar as múltiplas dimensões que esse trabalho envolve e onde os arquitetos e urbanistas e engenheiros pensem para além de uma atividade jurídica e registral do processo. Um processo centralizado no arquiteto para a gestão de trabalhos de levantamento planialtimétrico, cadastral, urbanística e ambiental, resultando na regularização fundiária. Processos divididos em duas macroetapas: cidade (estudos técnico e zoneamentos) e propriedade (registro, ordenamento, assistência). Peças técnicas para áreas públicas, privadas e coletivas. Seguindo o fluxo de trabalho abaixo:



- A proposta de trabalho atual da REDE Amazônia envolve 3 etapas:
- Implantar (estudos dirigidos, 9 coordenações estaduais, 09 Câmaras interinstitucionais, 1 laboratório de visitação, centrais de atendimento);
  - Capacitar (pós-graduação, residência clínica, capacitação aberta. Formação técnica/aperfeiçoamento); e



- Desenvolver (17 pilotos, intercâmbios, incubadora de projetos, agenda ATHIS Mulheres).

Dentre as ações, a Rede Amazônia está dando andamento a articulações com projetos para implantação da central de atendimento multiprofissional que englobam os seguintes agentes:

1. Projeto meu endereço – Sectet
2. Projeto de Prevenção de Conflitos – ICJ
3. Projeto Saber e conviver – FAESA
4. Projeto ATHIS + – MPPA e Alepa; CAU e CREA (em articulação)
5. Intercâmbio de formação em ATHIS (casos concretos levados para as universidades)

O Projeto ATHIS + envolve:

- Implantação de Central de Atendimento Multiprofissional e Tecnológico
- Adesão de instituições (CAU e CREA)
- Compor cadastro de profissionais
- Desenvolver cursos de formação e oficinas de vivência
- Promover Intercâmbio de formação de vivência em ATHIS +

A Conselheira Cristina agradece a apresentação e passa a palavra aos demais.

A Conselheira Vânia coloca sobre a importância de levar esse trabalho para a comunicação do CAU Brasil.

O Conselheiro Ricardo parabeniza e fala sobre a complexidade do trabalho e que espera que possa ser levado a outras regiões também.

A Myriam complementou sobre a Responsabilidade técnica para baixa renda, RRT social que é pouco difundida e a necessidade da Responsabilidade Técnica para a regularização fundiária. Apontou para a pesquisa realizada sobre os agentes que participam desse processo e diz que o arquiteto não apareceu neste mapa.

O assessor do gabinete Antônio Nunes levanta a possibilidade de expansão nacional do projeto e pergunta como está ocorrendo a estruturação da aplicação prática da capacitação, especialização e residência clínica junto à academia.

Ela responde que já está em aplicação, que primeira turma da especialização teve início em março, com 40 alunos (técnicos municipais, técnicos estaduais e movimentos sociais). O estudo é voltado e apoiado para atuação na sua localidade. Tem o trabalho que será desenvolvido para as áreas piloto e as discussões práticas das áreas. E agora será aberta seleção para alunos bolsistas atuarem na coordenação do trabalho local, no levantamento e estudo técnico nos Municípios, em parceria com o Núcleo de Altos Estudos da Amazônia que é da Universidade. Na residência foi feita parceria com Instituto de Ciências Jurídicas, pois já tinha na estrutura pedagógica a residência clínica normatizada. Foi feita proposta de parceria foi multidisciplinar (jurídico, social, urbanístico e cartografia), sendo que cartografia não foi preenchida a vaga. O produto é o acompanhamento dos debates e construção dos cadernos metodológicos dos municípios para a regularização fundiária e cadernos para mediação de conflitos e melhorias habitacionais com mapeamento de riscos e conflitos de vizinhança. A perspectiva é a criação de outras parcerias e ACTs a partir desses dois anos de implantação. Sendo que as bolsas são do MDR. Os recursos totais advindos do Ministério é de 2,9 milhões e mais os apoios institucionais das Universidades. A Certidão do loteamento urbano é a peça final deste processo.

O assessor da comissão falou sobre a parceria em ATHIS com a Myriam que ocorre desde 2016 e que a preocupação é difundir e de ceder ao arquiteto esta incumbência. A parceria era na intenção de difusão desse trabalho e de inseri-lo



no contexto da Casa Verde Amarela junto ao MDR. E que apenas o CAU poderia fazer essa difusão.

A Myriam fala sobre a importância da dimensão fundiária para o ordenamento urbano ambiental. Fala sobre seu livro que será lançado em junho. E sobre os casos que não são abarcados pela Lei 13.465 e que dependem justamente dessa assessoria técnica. E o que direito urbanístico não faz parte da atual grade curricular das universidades e é essa a proposta, inserir essa interface nas no meio acadêmico, sobretudo nas universidades públicas que possuem essa responsabilidade social.

Após a saída da Myriam, fica definido como encaminhamento que o assessor Jorge Moura irá definir um grupo de ATHIS (GT) junto com a Conselheira Vânia e com o Assessor Antônio para estabelecer uma devolutiva sobre o tema.

O Antônio informou que o GT de ATHIS provavelmente será o primeiro a se tornar uma Câmara Temática do CAU e que será encaminhado ao CD e plenária. A formatação proposta é que quem quer trabalhar, poderá fazer parte, mas estará ligado à Comissão por meio do Conselheiro responsável por ela. No caso desta Câmara Temática de ATHIS, deverá ter pelo menos um Conselheiro da CPP.

Brasília, 9 de junho de 2021.

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR Nº 0100-01/2020, que trata sobre a realização de reuniões virtuais, e a necessidade de ações cautelosas em defesa da saúde dos membros do Plenário, convidados e colaboradores do Conselho, **atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas.**

**EDUARDO FAJARDO**

Coordenador-adjunto da CPP-CAU/BR

**97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPP-CAU/BR**  
Videoconferência**Folha de Votação**

UF	Função	Nome	Votação			
			Sim	Não	Abst	Ausên
RO	Coordenadora	Adson Jenner de Araújo Moreira	X			
MG	Coordenador-Adjunto	Eduardo Fajardo Soares	X			
SP	Membro	Vânia Stephan Marroni Burigo	X			
BA	Membro	Gilcinéa Barbosa da Conceição				X
DF	Membro	Rogério Markiewicz				X

**Histórico da votação:****97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPP-CAU/BR****Data:** 9/6/2021**Matéria em votação:** Aprovação da Súmula da 96ª Reunião Ordinária**Resultado da votação:** Sim (3) Não (0) Abstencões (0) Ausências (2) Total de votos (3)**Ocorrências:****Assessoria Técnica:** Jorge Moura **Condução dos trabalhos** (coordenador): Eduardo Fajardo